Eixo 1: Práticas de inclusão escolar nos diferentes níveis e modalidades de ensino
Resumo expandido

Um relato de análise da proposta de programa educacional individualizado em contexto escolar

Damião da Silva

UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
Psicologo, Neuropsicologo, Psicologo Escolar e Educacional e Mestrando em Avaliação psicologica. E-mail: dampsicologo@gmail.com

Tatiana de Cassia Nakano

PUC CAMPINAS
docente do programa de pós-graduação stricto sensu em Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. E-mail: tatiananakano@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho constitui-se no relato de uma análise do programa educacional individualizado (PEI) elaborado por uma escola para atendimento educacional especializado (AEE) de aluno identificado com altas habilidades/superdotação (AH/SD) do tipo acadêmica, intelectual e criativa. Trata-se de um caso de um menino, estudante do 1º ano do ensino fundamental de uma escola particular. Após a identificação do aluno, o psicólogo especialista na área de AH/SD foi solicitado a analisar a proposta de enriquecimento e/ou suplementação curricular voltada ao atendimento das necessidades individuais do estudante apresentada pela escola. No documento, a instituição apresenta os conteúdos que estão previstos em cada disciplina (português, matemática, história, geografia, ciências, artes, inglês, música e espanhol), as adaptações individuais previstas e as ações e recursos que serão oferecidos pela escola. Osresultados da análise da adequação do planejamento para o AEE do aluno são apresentados, bem como as sugestões dadas pelo profissional para melhor adequação às necessidades específicas, perfil de interesses, potenciais elevados e expectativas acerca sobre seu desempenho.

Palavras-chave: Altas habilidades/superdotação, Atendimento Educacional Especializado, Educação Especial, Enriquecimento Curricular.

INTRODUÇÃO

No Brasil, estudantes com potencial elevado em uma ou mais áreas do conhecimento humano, sejam elas de criatividade, liderança, psicomotora, artística, intelectual, acadêmica e que apresentem grande envolvimento com tarefas de seu interesse, são considerados superdotados e incluídos como público-alvo da Educação Especial (BRASIL, 2012). Dentro dessa modalidade, a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva

da Educação Inclusiva (PNEEPEI) determinou que a educação especial fosse considerada uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, com o objetivo de suplementar aformação dos alunos que compõem essepúblico-alvo,incluindo aqueles que apresentam altas habilidades/superdotação (AH/SD).

O grande desafio das instituições regulares de ensino envolve o planejamento de ações pedagógicas dentro de um currículo que respeite os interesses e aptidões desses alunos, visando o atendimento de suas necessidades educacionais (PEREIRA, 2014). Nesse contexto, o atendimento educacional especializado (AEE) se caracteriza como um conjunto de atividades que visa atender as especificidades educacionais desse aluno (BRASIL, 2015), com o intuito de oportunizar o oferecimento de atividades que potencializem suas habilidades(FAVERI; HEINZLE, 2019).

Dentro do chamado AEE, as práticas mais comuns envolvem a complementação pedagógica ou suplementação de atividades em contextos regulares de ensino, sendo mais comum, no Brasil, a prática do enriquecimento curricular (PEREIRA, 2014). De acordo com a autora, tal prática envolve a "elaboração de ações planejadas e preparadas para propiciar amplitude de conhecimentos, investigação de temas de interesse e desenvolvimento de habilidades" (p. 381). Além disso, a adequação curricular também se faz necessária visto que tal medida permite

> diversificar as áreas ou unidades de conteúdo; selecionar tipos de conteúdo a serem enfatizados; definir objetivos a serem alcançados; ampliar e aprofundar currículos; adequar técnicas e instrumentos didáticos; modificar procedimentos; introduzir atividades alternativas ou complementares às previstas, bem como modificar o nível de complexidade das atividades e ampliar componentes curriculares conforme as necessidades dos alunos" (PEREIRA, 2014, p. 384).

Apesar de previsto em lei, na prática, "o cenário que se observa nas escolas é de um espaço de muitas dúvidas e inseguranças no que diz respeito àsestratégias de ação e adaptações no currículo" (FAVERI; HEINZLE, 2019, p. 16). Como resultado, os currículos planejados para salas de aulas comuns, normalmente, não possuem conteúdos desafiadores e complexos suficientes para manter tais estudantes engajados nas tarefas, podendo resultar em falhas no avanço do potencial, em baixo rendimento acadêmico e em problemas de ajustamento social e emocional (YUEN *et al*., 2016).

Por outro lado, pesquisas têm demonstrado o impacto positivo quando tais alunos estão inseridos em projetos de enriquecimento curricular em sala de aula, bem como, estratégias extracurriculares voltadas ao atendimento das necessidades educacionais especiais (CAMPOS et al., 2019). Tais atividades permitem que o aluno desenvolva seu potencial de maneira completa, considerando que a forma como aprendem e a maneira como lidam com o conhecimento é diferente de seus pares, requerendo conteúdos desafiadores e complexos (MARTINS; CHACON, 2016; OZCAN; KAYA, 2016). Dessa forma, justifica-se a importância de desenvolvimento de um plano adequado, que envolva um atendimento diferenciado de suas necessidades específicas, assim como o desenvolvimento adequado de seu potencial (SABATELLA, 2008).

Geralmente os planos para estudantes com AH/SD, chamados de Programa Educacional Individualizado (PEI) envolvem atividades que proporcionam enriquecimento e experiências adicionais fornecidas ao estudante, sem transferí-lo para um ano escolar ou níveis mais avançados, procedimento chamado de aceleração (ZANATTA; DUARTE, 2021). Segundo as autoras, o acompanhamento e avaliação da aplicabilidade do PEI devem ser caracterizados como processuais visto que envolvem diferentes etapas.

A primeira delas, denominada de avaliação preliminar, visa a caracterização do aluno com AH/SD e o conhecimento de suas necessidades educativas específicas, tendo em vista o que o aluno já sabe e suas potencialidades. A partir desses dados, a segunda etapa contempla o planejamento e execução do plano de intervenção, o qual envolve os conteúdos educacionais e os objetivos esperados para aquele aluno. É importante ressaltar que essa etapa deve ser acompanhada e avaliada periodicamente, visando sua adequação e a identificação de possíveis ajustes que se fizerem necessários, além do planejamento das etapas posteriores (ZANATTA; DUARTE, 2021). Assim, de acordo com as autoras, “o PEI se caracteriza como um instrumento assertivo, que lança mão de recursos efetivos e diferenciados para o aluno com AH/SD, buscando garantir acesso a um currículo enriquecido, capaz de atender às suas especificidades” (p. 234).

Diante do exposto, o presente trabalho apresenta os resultados daanálise de uma proposta de programa educacional individualizado (PEI) elaborado por uma escola para atendimento educacional especializado (AEE) de aluno identificado com altas

habilidades/superdotação (AH/SD) do tipo acadêmica, intelectual e criativa.

METODOLOGIA

O estudo apresenta os resultados de um Programa Educacional Individualizado (PEI), elaborado para orientar a escola em relação à necessidade de estrutura diferenciada para atendimento às necessidades do aluno com AH/SD. Trata-se de uma criança de 5 anos, matriculada na Educação Infantil, identificada com AH/SD em diversos domínios: acadêmico, intelectual e criativo após extenso processo de avaliação psicológica. A demanda chega ao profissional como uma criança que estava enfrentando dificuldades profundas no ambiente escolar em razão da precocidade que evidencia desde idade muito tenra. Segundo relato dos pais, domina os conteúdos de forma precoce, o que gerou uma forte desmotivação com risco de desencadear prejuízos que impactariam diretamente na saúde mental em uma fase crítica de seu desenvolvimento infantil.

O PEI constitui-se um documento a ser elaborado pelo professor, com a participação da família e de outros profissionais que atendem o aluno. Como parte essencial deve constar uma avaliação detalhada da necessidade educacional específica em questão, conhecimentos prévios, potencialidades e habilidades do referido aluno. Parte-se do princípio de que cada aluno é único e aprende de diferentes maneiras, e o PEI deve respeitar essa natureza individual de cada caso.

No Brasil, embora a legislação não especifique o termo PEI, diversas leis preveem o direito educacional especializado aos alunos da educação especial (OLIVEIRA, 2017). No caso aqui apresentado, a escola elaborou uma proposta, a qual foi submetida para verificação de adequação junto ao psicólogo queavaliou a criança. Dentro da proposta, o profissional analisou, ponto a ponto, as adequações sugeridas pela escola, indicando aqueles que se mostravam adequados ao caso e os que precisavam ser revisados. De modo geral, três tópicos foram tomados como base na análise do PEI:(1) os apontamentos da escola,(2) o perfil de aprendizagem da criança e (3) o desempenho em cada componente curricular ou área de aprendizagem.

No caso dos pontos atenção, o psicólogo elaborou um documento, orientando a escola

para que uma reestruturação e devidas adequações fossem feitas. A linha de raciocínio adotada consistiu em classificar os componentes curriculares por 'blocos' não estruturados convencionalmente, mas observando os indicativos de ajustes que fossem comuns a conjuntos de componentes: (1) Língua Portuguesa, (2) Matemática, (3) História, Geografia e Ciências, (4) Artes, Música, Inglês e Espanhol e (5) Outras Metas. Neste, foram apresentados à escola a necessidade de trabalhar, junto ao aluno, tópicos relativos a questões socioemocionais e executivas, como, por exemplo, aprimorar o foco atencional, promover a compreensão de combinados, assim como enriquecer a inteligência emocional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É comum, durante a elaboração do PEI, a identificação de propostas que se assemelham ao planejamento já tradicionalmente realizado na escola para todos os alunos. Muitas vezes, notam-se apenas pequenos 'enriquecimentos', mas que não expressam uma relação direta com as lacunas que estão acarretando problemas de ajustes entre as expectativas reais da criança e o que a escola oferece.

Como resultados da análise do PEI, ficou claro esta desconexão em diferentes aspectos. Foram detectadas lacunas em relaçãoàs metas que a escola se propunha a alcançar, o que denotaria, de forma mais clara, o acompanhamento sistemático dos avanços contínuos da criança e consequente suprimento de suas necessidades individuais ao longo do percurso de aplicação do PEI. Neste aspecto, não se percebeu uma distinção entre o que está sendo direcionado a todos os alunos da turma e a este aluno, em específico, objetivo essencial do PEI.

A ausência de relações interdisciplinares presente de modo transversal no documentodenota uma desconexão com características próprias das altas habilidades/superdotação, as quais envolvem uma estrutura de pensamento voltada para questões que exigem interações complexas entre os conteúdos na produção de conhecimento pelo aluno. Um exemplo a ser citado relaciona-se à ausência de ampliação e reflexão, por exemplo, no contexto dos números, visto que as estratégias sugeridas se restringem à execução de tarefas repetitivas de identificação de quantidades enquanto a avaliação

demonstrou que a criança já realiza cálculos de relativa complexidade, avançados para sua série e idade.

Como conclusão da análise, o profissional lista as lacunas deixadas ao longo do documento.Nesse sentido, destacam-se pontos recorrentes e que são indispensáveis, tais como, observar rigorosamente as características do aluno levando em conta seus resultados na avaliação especializada, a necessidade de um programa que proporcione não só o enriquecimento da aprendizagem mas, também, a elaboração de um planejamento que seja adequado ao potencial do aluno, de modo a atender as expectativas reais de desempenho, dadas suas características, interesses evidentes, bem como ações voltadas à construção de vínculos rompidos diante dos desajustes, decorrentes da ausência de identificação e de atendimento adequado, vivenciados ao longo da escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na análise aqui relatada fica clara a importância do PEI para alunos superdotados, construída de forma específica para aquele perfil de aluno e diferenciado a cada caso. Entretanto, a padronização do ensino, incluindo o público-alvo da educação especial ainda se mostra um problema persistente nas escolas, de modo a desconsiderar as características e necessidades únicas desses alunos.

Desse modo, conclui-se, a partir do relato aqui apresentado, que o processo de formulação de um PEI coerente, deve envolver um trabalho colaborativo que envolve diversos atores, incluindo os professores, a família do aluno e um processo amplo de avaliação psicológica. Somente assim será possível compreender o perfil do aluno e, consequentemente, propor ações que visem suas respeitar asparticularidades afetivas e emocionais, contribuindo positivamente para a saúde mental e física do aluno a partir do acesso a um ensino íntegro, inclusivo ede qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Políticas Públicas para Alta Habilidade/ Superdotação.** Brasília, DF, 2012. Recuperado de:

http://www.senado.gov.br/web/comissoes/CE/AP/AP20080626_superdotados_Cl%C3%A1udiaGriboski.pdf. Acesso em 03 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota Técnica no 40, de 15 de julho de 2015. **O Atendimento Educacional Especializado aos Estudantes com Altas Habilidades/Superdotação**. MEC/SECADI/DPEE. Brasília, DF, 2015. Acesso em 03 mar. 2021.

CAMPOS, C. R.; BASSINELLO, P. Z.; OLIVEIRA, K. S.; NAKANO, T. de C. Avaliação Psicológica e Intervenção: um estudo de caso sobre altas habilidades/superdotação. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e112/ 1–20, 2019. DOI: 10.5902/1984686X39550. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39550.

FAVERI, F. B. M. de; HEINZLE, M. R. S. Altas Habilidades/Superdotação: políticas visíveis na educação dos invisíveis. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 32, p. e118/1–23, 2019. DOI: 10.5902/1984686X39198. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/39198.

PEREIRA, V. L. P. Superdotação e currículo escolar: potenciais superiores e seus desafios da perspectiva da educação inclusiva. In: VIRGOLIM, A. M. R.; KONKIEWITZ, E. C. **Altas habilidades/superdotação, inteligência e criatividade**. Campinas, Papirus, 2014. p. 373-388.

SABATELLA, M. L. P. **Talento e superdotação**: Problema ou solução? Curitiba: Ibpex, 2008.

ZANATTA, E. M.; DUARTE, A. A. S. O plano de atendimento individualizado (PAI). In: RONDINI, C. A.; REIS, V. L. **Altas habilidades/superdotação**: instrumentais para identificação e atendimento do estudante dentro e fora da sala de aula comum. Curitiba, CRV, 2021.